



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS
MODALIDADE À DISTÂNCIA



MARIA WILMA PRISCILA DA SILVA SOUZA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
DISCURSIVAS DISCRIMINATÓRIAS E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE SOCIAL**

JOÃO PESSOA – PB
2026

MARIA WILMA PRISCILA DA SILVA SOUZA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS
DISCURSIVAS DISCRIMINATÓRIAS E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Português na Modalidade à Distância do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientador: Prof^o. Dr. Henrique Miguel de Lima Silva

Coorientadora: Prof^a. Dranda. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira

JOÃO PESSOA-PB

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S729p Souza, Maria Wilma Priscila da Silva.

Preconceito linguístico: uma análise das práticas discursivas discriminatórias e seus impactos na construção da identidade social / Maria Wilma Priscila da Silva Souza. - João Pessoa, 2026.
22 f.

Orientador: Henrique Miguel de Lima Silva.
Coorientadora: Fabíola Jerônimo Duarte de Lira.
TCC (Graduação) - Universidade Federal da Paraíba/Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, 2026.

1. Preconceito linguístico. 2. Exclusão social. 3. Xenofobia. 4. Discursos discriminatórios. I. Silva, Henrique Miguel de Lima. II. Lira, Fabíola Jerônimo Duarte de. III. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 81'276

MARIA WILMA PRISCILA DA SILVA SOUZA

**PRECONCEITO LINGUÍSTICO: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS
DISCRIMINATÓRIAS E SEUS IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras Português na Modalidade à Distância do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Letras.

João Pessoa, 30 de junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **HENRIQUE MIGUEL DE LIMA SILVA**
Data: 30/06/2026 12:16:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Dr. Orientador(a) Dr. Henrique Miguel de Lima Silva;

Documento assinado digitalmente
 **DANIELLI CRISTINA DE LIMA SILVA**
Data: 30/06/2026 14:35:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) 1 Me. Danielli Cristina de Lima Silva;

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIA BARROS GIBSON SIMOES**
Data: 30/06/2026 15:32:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) 2 Dra. Antônia Barros Gibson Simões;

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS TULIO FERNANDES**
Data: 30/06/2026 15:04:17-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) 2 Dr. Marco Túlio Fernandes

Documento assinado digitalmente
 **FABIOLA JERONIMO DUARTE DE LIRA**
Data: 30/06/2026 14:49:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Examinador(a) 2 Me. Fabíola Jerônimo Duarte de Lira

JOÃO PESSOA-PB

2026

“Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus; à minha família, que me ajudou a concretizar esse sonho desde o primeiro momento; e à minha irmã Martha, que sempre se conciliou os seus estudos e o seu trabalho e, ainda assim, encontrou momentos para me auxiliar.”

AGRADECIMENTOS

A **Deus**, por proporcionar o alcance dos objetivos que tracei durante minha trajetória de estudos.

A **minha mãe**, Vera, por todo amor e por ser a base e meu refúgio nos dias difíceis; à minha família: **minha irmã**, Martha, ao **meu esposo**, André, por estar sempre comigo nos momentos de angústias; ao **meu filho** Samuel, que é a minha motivação para superar as dificuldades.

Ao **professor orientador**, Henrique Miguel, e a **coorientadora**, Fabíola Duarte, que desde o início do projeto colaboraram com seus ensinamentos para alimentar em meu coração o sonho da docência e me fazer crescer como pesquisador.

À **Coordenação de Letras Português**, pois sempre manteve todo o suporte e atenção ao longo do curso.

E, por fim, à **Universidade Federal da Paraíba**, que sendo pública, gratuita e de qualidade, me fez conquistar o tão sonhado diploma.

**“Não há saber mais ou saber
menos: há saberes diferentes.”**

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho aborda o preconceito linguístico e suas manifestações nas práticas discursivas discriminatórias, analisando os impactos desse fenômeno na construção da identidade social dos indivíduos. Parte-se da compreensão de que a linguagem não é apenas um sistema de regras gramaticais, mas também uma prática social relacionada às desigualdades históricas, culturais e econômicas presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar de que forma o preconceito linguístico se manifesta nas práticas discursivas e quais os seus impactos na identidade social dos indivíduos. Como objetivos específicos, buscou-se compreender a relação entre linguagem e desigualdade social, discutir o papel da norma padrão na construção de hierarquias linguísticas e analisar as manifestações de preconceito linguístico associadas à xenofobia. O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, o qual fundamentou-se, principalmente, nas contribuições teóricas de Marcos Bagno (2007), além de autores como Bakhtin (2006), Bourdieu (2008), Hall (2006), Rajagopalan (2021) e Magda Soares (2021), com consulta a livros, artigos científicos e produções acadêmicas disponíveis em bases digitais. Os resultados encontrados pontam que o preconceito linguístico está diretamente relacionado às desigualdades sociais e à manutenção de hierarquias de poder, sendo frequentemente reproduzido em práticas discursivas do cotidiano, na mídia e nas redes sociais. Conclui-se, portanto, que o combate ao preconceito linguístico é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa com a diversidade linguística. Embora o domínio da norma padrão seja importante em determinados contextos, ele não deve ser utilizado como instrumento de exclusão social, sendo necessário reconhecer e valorizar as diferentes formas de expressão existentes na língua portuguesa.

Palavras-chaves: Preconceito linguístico; exclusão social; xenofobia; discursos discriminatórios.

ABSTRACT

This paper addresses linguistic prejudice and its manifestations in discriminatory discursive practices, analyzing the impacts of this phenomenon on the construction of individuals' social identity. It is based on the understanding that language is not merely a system of grammatical rules, but also a social practice connected to the historical, cultural, and economic inequalities present in Brazilian society. In this context, the general objective of the research was to analyze how linguistic prejudice manifests itself in discursive practices and what impacts it has on individuals' social identity. As specific objectives, the study sought to understand the relationship between language and social inequality, discuss the role of the standard language norm in the construction of linguistic hierarchies, and analyze manifestations of linguistic prejudice associated with xenophobia. This study is characterized as qualitative and descriptive research, developed through a bibliographic review mainly based on the theoretical contributions of Marcos Bagno (2007), as well as authors such as Mikhail Bakhtin (2006), Pierre Bourdieu (2008), Stuart Hall (2006), Kanavillil Rajagopalan (2021), and Magda Soares (2021), through consultation of books, scientific articles, and academic publications available in digital databases. The results indicate that linguistic prejudice is directly related to social inequalities and the maintenance of power hierarchies, being frequently reproduced in everyday discursive practices, in the media, and on social networks. It is therefore concluded that combating linguistic prejudice is essential for the construction of a fairer, more inclusive, and more respectful society regarding linguistic diversity. Although mastery of the standard language norm is important in certain contexts, it should not be used as an instrument of social exclusion, making it necessary to recognize and value the different forms of expression existing in the Portuguese language.

Keywords: Linguistic prejudice; social exclusion; xenophobia; discriminatory discourses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
Conceito Básico de Preconceito Linguístico	12
Norma Padrão x Variação Linguística.....	13
Impactos do preconceito linguístico na construção da identidade social	14
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
ANÁLISES DOS RESULTADOS	16
Práticas discursivas e a reprodução do preconceito linguístico.....	16
Norma padrão e as manifestações de xenofobia	17
O papel das práticas discursivas na legitimação das desigualdades sociais	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

O Brasil, como um país assolado por múltiplos problemas sociais, retrata um cenário de desigualdades gritantes que afetam uma parte significativa da população. Nesse contexto, o problema do preconceito linguístico se impõe aos brasileiros além das condições já desafiadoras que a maioria das pessoas enfrenta. Essa forma de discriminação não se manifesta apenas externamente, mas também no interior do próprio país, refletindo desigualdades estruturais. Isso ocorre porque o acesso à educação ainda é restrito, uma vez que, como afirma Bagno (2007, p. 15), “a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, e uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta”.

Todavia, esse preconceito perpassa a esfera educacional, tendo em vista que ele é cometido, inclusive, por indivíduos que possuem um alto grau de escolaridade, por estar, justamente, “tão arraigado em nossa cultura que até mesmo intelectuais de renome, pessoas de visão crítica e geralmente boas observadoras dos fenômenos sociais brasileiros, se deixam enganar por ele” (BAGNO, 2007, p. 15).

Neste sentido, consideramos que o preconceito linguístico pode realmente inibir a construção da identidade social pelos indivíduos, uma vez que os chamados de “grandes intelectuais” concentram o seu trabalho na geração de conhecimento e, em seguida, na sua legitimação e estes exercem influência significativa na formação do pensamento coletivo. De tal forma que ao estabelecerem padrões considerados corretos ou incorretos de uso da língua, esses grupos acabam determinando quais formas de expressão são socialmente aceitas, contribuindo para a desvalorização de outras variedades linguísticas e para a exclusão de seus falantes.

Acrescentamos ainda que, é fundamental compreender a linguagem não apenas como um sistema de regras gramaticais, mas como uma prática social dinâmica, construída nas interações cotidianas. Nessa perspectiva, a Sociolinguística contribui para a compreensão da diversidade linguística ao reconhecer que todas as variedades possuem regras próprias, relacionadas aos contextos em que são utilizadas, sendo, neste sentido, adequadas aos diferentes usos da língua. Conforme aponta Faraco (2020), a noção de erro linguístico está frequentemente associada a julgamentos sociais, revelando que aquilo que se considera “correto” ou “incorreto” é, muitas vezes, resultado de relações de poder.

Nesta linha de raciocínio teórico, o preconceito linguístico pode ser compreendido como uma forma de exclusão simbólica, na medida em que determinadas variedades linguísticas são desvalorizadas em favor da norma padrão. Por esse viés, a linguagem está intrinsecamente ligada às relações sociais e ideológicas, sendo utilizada como instrumento de distinção entre grupos. Assim, a imposição de uma variedade linguística como modelo legítimo contribui para a manutenção de desigualdades sociais e para a marginalização de determinados sujeitos (RAJAGOPALAN, 2021).

Ademais, ao considerar a linguagem como elemento constitutivo da identidade, torna-se possível compreender os impactos do preconceito linguístico na formação dos indivíduos. Nesse sentido, Magda Soares (2021) destaca que o domínio da norma padrão está historicamente relacionado ao acesso à educação e às oportunidades sociais. Dessa forma, aqueles que não tiveram acesso a esse conhecimento acabam sendo excluídos de determinados espaços sociais, o que reforça sentimentos de inferioridade, insegurança e não pertencimento.

Outro aspecto relevante refere-se à forma como o preconceito linguístico se manifesta nas práticas discursivas do cotidiano. Discursos que desvalorizam determinadas formas de falar ou escrever não apenas reforçam estigmas, mas também contribuem para a naturalização das desigualdades. Esses discursos, muitas vezes reproduzidos de maneira inconsciente, acabam legitimando a ideia de que existem formas superiores e inferiores de uso da língua, o que contraria os princípios da diversidade linguística defendidos pela Sociolinguística.

No contexto contemporâneo, marcado pela expansão das tecnologias digitais, essas práticas discursivas ganham ainda mais visibilidade. As redes sociais, em particular, configuram-se como espaços de intensa circulação de discursos, nos quais opiniões são compartilhadas de forma rápida e ampla. Nesse ambiente, o preconceito linguístico manifesta-se de maneira recorrente, por meio de comentários, críticas e julgamentos que expõem e ridicularizam determinadas formas de uso da língua.

Outro fator importante para mitigar o preconceito linguístico é entender que ao discriminarmos um indivíduo por causa da sua fala, estaremos rejeitando sua representação como sujeito-indivíduo e, também, todos os seguimentos que compõem seu EU: a classe social a que ele pertence, sua escolha política, seu nível de renda e de escolarização, acesso a bens culturais, o espaço geográfico em que ele está inserido, sua etnia, sua crença, sua profissão etc. (BARBOSA, et al., 2014).

Destacamos ainda que, de acordo com Barbosa (2014), é imprescindível entender que a maneira que falamos e todos esses processos podem ser explicados pelo funcionamento da nossa fisiologia, já que são sons produzidos pelo nosso aparelho fonador. Sistema este formado por um conjunto de órgãos fonatórios e articulatórios, o qual é moldado pela forma com que os indivíduos usam esse órgão e a partir da comunidade linguística em que vivem.

Diante desse cenário, torna-se fundamental promover uma reflexão crítica sobre o preconceito linguístico e suas manifestações nas práticas discursivas. Compreender esse fenômeno é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva, que valorize a diversidade linguística e reconheça a legitimidade das diferentes formas de expressão.

Dessa maneira, este trabalho tem como objetivo analisar de que forma o preconceito linguístico se manifesta nas práticas discursivas discriminatórias e quais são seus impactos na construção da identidade social dos indivíduos. Como objetivos específicos, busca-se: (1) compreender a relação entre linguagem e desigualdade social; (2) discutir o papel da norma padrão na construção de hierarquias linguísticas; (3) analisar as manifestações de preconceito linguístico associadas à xenofobia.

Justifica-se, portanto a relevância deste estudo pela necessidade de promover uma reflexão crítica sobre o uso da linguagem e suas implicações sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Ao investigar essa problemática, busca-se contribuir para o debate acadêmico e social sobre linguagem, identidade e desigualdade, promovendo uma compreensão mais ampla e crítica das relações entre língua e sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceito Básico de Preconceito Linguístico

O preconceito linguístico pode ser entendido como uma forma de discriminação que acontece pela maneira como as pessoas falam. Isso ocorre, principalmente, quando certas formas de linguagem — aquelas que fogem da chamada norma padrão — são vistas como erradas ou inferiores. Inerente a esse tipo de preconceito está uma sociedade de divisões de classe baseadas em desigualdades históricas, culturais e econômicas, e não é apenas uma questão de linguagem. Sendo assim, ao julgar a fala de alguém, muitas vezes não se está avaliando apenas a linguagem, mas também a origem social, a escolaridade e o contexto de vida dessa pessoa.

Além das contribuições da Sociolinguística, a discussão sobre preconceito linguístico também encontra respaldo na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, proclamada em Barcelona, em 1996. Esse documento reconhece a língua como um direito humano fundamental e defende que todas as comunidades linguísticas têm o direito de utilizar, preservar e desenvolver sua própria língua, sem sofrer discriminação. Nesse sentido, a Declaração reforça que o respeito à diversidade linguística constitui um elemento essencial para a promoção da dignidade, da igualdade e da inclusão social, princípios diretamente relacionados ao combate ao preconceito linguístico (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS, 1996).

De acordo com Bagno (2007, p. 37-40), o preconceito linguístico surge quando as pessoas acreditam que só existe uma maneira certa de falar. As expressões amplamente faladas pelos brasileiros são frequentemente vistas como inferiores ou até incorretas como resultado dessa ideia, e isso corre o risco de desconsiderar a pluralidade da língua no Brasil. O autor defende que a língua está sempre em mudança e varia conforme o contexto social, cultural e regional de cada indivíduo.

Dessa maneira, o preconceito, assim como sua propagação, não tem origem na diversidade social e geográfica do Brasil, mas na forma como essa diversidade é percebida e tratada pelas pessoas. Em vez de ser valorizada, ela frequentemente é alvo de julgamentos negativos, o que contribui para a manutenção de desigualdades.

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. A língua passou a ser entendida como um conjunto de regras fixas, o que levou à ideia equivocada de que existe apenas uma forma correta de falar, desconsiderando a diversidade linguística existente (BAGNO, 2007, p. 38).

Neste sentido, Bagno (2007, p. 17) defende que a escola e as demais instituições educacionais reconheçam a diversidade linguística brasileira, abandonando a ideia de uma suposta unidade do português falado no país e valorizando as diferentes variedades linguísticas.

Norma Padrão x Variação Linguística

De acordo com a literatura, entende-se por norma padrão a língua que aprendemos na escola durante toda uma vida, e que segundo Bagno (2008, p. 34) não corresponde com a língua que falamos e escrevemos no Brasil. Passamos boa parte de nossa vida aprendendo uma maneira de

falar e nos cobrando para seguir tantas regras que são exigidas na escola e esquecemos até de nos questionar se realmente só existe essa maneira certa de falar.

Bagno (2007, p. 37-38) afirma que, se durante o ensino fundamental e médio os professores deixassem um pouco de lado o ensino exclusivamente gramatical e valorizassem as habilidades de expressão dos alunos, estes se sentiriam mais confiantes para se expressar.

Ressaltamos ainda que, de acordo com Bakhtin, a linguagem não é estática nem isolada; ao contrário, constitui um reflexo das relações sociais cotidianas. Simplificando, nossa linguagem é necessariamente carregada de contexto e inerentemente contextualizada pela forma como encontramos a sociedade. Por isso, não existe apenas um jeito “certo” de usar a língua, já que cada grupo social desenvolve suas próprias formas de expressão. Essa perspectiva revela que a norma padrão é apenas uma das inúmeras maneiras pelas quais a linguagem pode ser usada, e que a variação linguística é uma parte natural e dinâmica da comunicação de forma mais geral (BAKHTIN, 2006).

Sob essa perspectiva, a variação linguística é entendida como a diferença natural presentes nas formas de falar, observadas em diferentes regiões, grupos sociais e contextos culturais. Essas variações se manifestam, por exemplo, nos sotaques e nas expressões típicas de cada localidade, como ocorre em diversas regiões do Brasil. Longe de representar um desvio, essa diversidade constitui um elemento fundamental da língua, refletindo a riqueza cultural dos falantes. Neste sentido, cada indivíduo se expressa de acordo com seu contexto social e histórico, sendo todas as formas de uso da língua legítimas e dotadas de valor comunicativo.

Entretanto, a norma culta ou padrão, associada às elites, ganha prestígio e impõe-se como “correta”, desvalorizando outras formas e perpetuando desigualdades. Entretanto, precisamos entender que a linguagem não deve ser reconhecida ou examinada como um sistema estático e homogêneo, único de um grupo social específico, mas como um processo, um produto de construção passada e presente por meio de seus usos e contexto (SILVA; SILVA, 2024).

Dessa maneira, como aponta Bagno a forma de pensar e valorizar todas as maneiras de falar é um passo importante para a construção de uma sociedade mais justa, sendo fundamental que a escola reconheça a variação linguística como uma riqueza, e não como um erro (BAGNO, 2007).

Impactos do preconceito linguístico na construção da identidade social

O preconceito linguístico, ao se manifestar por meio do julgamento da forma de falar dos indivíduos, impacta diretamente na construção da identidade social. Quando uma pessoa é constantemente avaliada negativamente por não utilizar a norma padrão, sua forma de expressão que carrega marcas de sua história, cultura e pertencimento social passa a ser vista como inferior. Isso pode gerar sentimento de insegurança, desvalorização e até mesmo negação da própria identidade.

Nesse contexto, situações como as observadas em cidades do interior, especialmente entre pessoas idosas com baixo nível de escolarização formal, evidenciam como o preconceito linguístico ultrapassa a linguagem e atinge o sujeito em sua totalidade. Apesar de possuírem uma rica bagagem cultural e experiências de vida significativas, esses indivíduos frequentemente são estigmatizados por não dominarem a norma culta, o que contribui para sua marginalização social.

Conforme aponta Bagno (2007, p. 69), “o domínio da norma padrão, isoladamente, não é capaz de garantir melhores condições de vida, sobretudo quando faltam direitos básicos. Assim, ao valorizar excessivamente uma única forma de uso da língua, a sociedade acaba reforçando desigualdades já existentes”. Além disso, ao desconsiderar outras variedades linguísticas, nega-se a legitimidade das identidades construídas nesses contextos.

Nessa mesma perspectiva, estudos como o de Silva, Albuquerque e Almeida (2019) destacam que a linguagem está diretamente relacionada às relações de poder, ao território e à identidade dos indivíduos, sendo a variação linguística uma expressão legítima da diversidade cultural. Assim, quando determinadas formas de falar são desvalorizadas, não se atinge apenas a linguagem, mas também a identidade e o pertencimento social dos falantes.

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre a algo “imaginário” ou fantasiado sobre a unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada” (HALL, 2006, p. 38).

A partir dessa perspectiva de Hall, entende-se que a identidade não é algo fixo, mas construída ao longo das interações sociais. Dessa forma, quando o indivíduo sofre preconceito linguístico, sua forma de falar — que faz parte de sua história — pode ser deslegitimada, impactando negativamente na construção de sua identidade social.

Por fim, ao defender que “todos os falantes são competentes em sua língua”, Bagno contribui para a compreensão de que a linguagem é parte da identidade social. Logo, combater o preconceito linguístico torna-se fundamental para promover o respeito à diversidade e fortalecer a autoestima e o reconhecimento social dos indivíduos (BAGNO, 2007, p. 115).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter descritivo, desenvolvida a partir de levantamento bibliográfico. A revisão de literatura constitui uma etapa essencial no processo de investigação, pois permite o contato com produções científicas já existentes, contribuindo para a análise, organização e compreensão do conhecimento acumulado sobre o tema.

De acordo com Finelli, Soares e Antunes (2022), a revisão bibliográfica é um elemento fundamental na construção de pesquisas científicas, uma vez que possibilita ao pesquisador compreender os fundamentos teóricos do tema, bem como identificar lacunas e perspectivas de análise. Assim, esta pesquisa fundamenta-se na análise de produções já publicadas acerca do preconceito linguístico.

A investigação tem como base principal a obra *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno, considerada referência para a compreensão do fenômeno estudado. Além disso, foram consultados artigos científicos localizados por meio do Google Acadêmico e disponíveis em bases como SciELO e Portal de Periódicos da CAPES, ampliando o repertório teórico e possibilitando uma análise mais abrangente.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender o preconceito linguístico em sua dimensão social e simbólica, permitindo analisar práticas discursivas, comportamentos e significados atribuídos pelos indivíduos diante da problemática investigada.

ANÁLISES DOS RESULTADOS

Práticas discursivas e a reprodução do preconceito linguístico

No âmbito das práticas discursivas, a linguagem é mais do que simplesmente conteúdo comunicativo. Ela funciona como um aspecto constitutivo da identidade social. Portanto, a preservação por parte de um indivíduo de sua própria variedade linguística pode refletir uma forma de resistir aos ditames normativos que tentam uniformizar o uso da linguagem. Nesse contexto, como aponta Bagno (2007), forçar uma norma particular sobre a realidade sociolinguística brasileira apaga regras gramaticais e as trata como um instrumento de controle.

Um aspecto crucial reside na manifestação do preconceito linguístico nas interações cotidianas. Práticas discursivas que desvalorizam determinadas variantes não apenas reforçam estigmas, mas operam na naturalização de desigualdades estruturais. Discursos como esses, muitas vezes perpetuados de forma não sistemática e inconsciente, validam a ideia de que existem formas "superiores" de linguagem.

Essa hierarquia por trás do racismo linguístico é frequentemente referida por Nascimento (2020), em que o julgamento negativo não recai sobre a estrutura gramatical em si, mas sobre o corpo político e social do falante (negros, periféricos, nordestinos, etc.).

Nesse cenário, por exemplo, aumentar a distância do idioleto de cada indivíduo para a norma padrão - idealizada e dificilmente falada - levará à estigmatização. O falante é então colocado na categoria de "incompetente", o que Lucchesi (2015) chama de "resultado da polarização sociolinguística do Brasil".

As consequências subjetivas dessa prática são graves: o indivíduo torna-se vulnerável ao julgamento dos outros e, portanto, sente insegurança linguística. A voz é silenciada e excluída das conversas de poder porque a recusa da voz despedaça o indivíduo. Essa perspectiva, um entendimento básico do que Ilari e Basso (2017) chamaram de desconsideração pela diversidade inerente do território nacional em favor de uma variedade artificialmente legitimada, é integral para o entendimento deles.

Norma padrão e as manifestações de xenofobia

A sociedade, frequentemente, estabelece padrões considerados legítimos de expressão, exercendo pressão para que os indivíduos se adequem à chamada norma padrão. Esse processo contribui para a desvalorização de variedades linguísticas populares e regionais, favorecendo a reprodução do preconceito linguístico. Ao discutirem essa problemática, Rodolfo Ilari e Renato Basso (2017) destacam que o modelo de língua valorizado pela norma-padrão, em muitos aspectos,

não corresponde à forma como o português é efetivamente utilizado pela maioria da população brasileira. Essa discrepância torna-se ainda mais evidente quando se consideram grupos socialmente menos favorecidos, que, em geral, possuem acesso limitado à escolarização formal e a espaços de maior prestígio social.

Nesse contexto, a discussão sobre preconceito linguístico também se aproxima das manifestações de xenofobia, especialmente quando diferenças de fala são utilizadas para inferiorizar indivíduos ou grupos. Conforme aponta Juscélia Santos Xavier (2020), a xenofobia pode se manifestar como rejeição ou discriminação direcionada a pessoas de outras regiões ou origens, assumindo, no Brasil, formas específicas de preconceito regional — como no caso de estigmatizações voltadas à população nordestina.

Além disso, Marcos Bagno (2007) critica a forma como a mídia frequentemente representa o Nordeste, reproduzindo estereótipos linguísticos e culturais que pouco correspondem à realidade. Essas representações simplificadas e, por vezes, distorcidas, contribuem para reforçar visões preconceituosas, ignorando a diversidade e a riqueza cultural da região.

Nas redes sociais, são recorrentes manifestações de preconceito linguístico associadas à xenofobia regional. Após períodos eleitorais ou acontecimentos de grande repercussão nacional, frequentemente circulam comentários depreciativos direcionados à população nordestina, com expressões como “nordestino não sabe falar”, “volta para sua terra” ou ironias relacionadas ao sotaque. Esses discursos evidenciam que diferenças linguísticas são utilizadas como critério de inferiorização social, reforçando estigmas históricos e desigualdades já existentes. Essas manifestações demonstram como o preconceito linguístico se articula à xenofobia regional, afetando diretamente a identidade e o pertencimento social dos falantes (XAVIER, 2020; SILVA; SILVA, 2024).

No cotidiano, esse processo se evidencia quando o domínio da norma padrão é associado à inteligência e prestígio social, enquanto as variedades populares são relacionadas à falta de instrução ou a um menor status social. Dessa forma, a linguagem passa a funcionar como um mecanismo sutil de exclusão, contribuindo para a manutenção de hierarquias sociais já existentes e reforçando desigualdades que vão além do campo linguístico.

O papel das práticas discursivas na legitimação das desigualdades sociais

Ao abordar o papel das práticas discursivas na legitimação das desigualdades sociais, torna-se indispensável compreender que a linguagem transcende a função de mero veículo de transmissão de informações. Ela é, essencialmente, um território onde se constroem e se destroem dignidade humana. A naturalização do julgamento contra aqueles que se expressam fora dos padrões hegemônicos não pode ser aceita como uma prática inofensiva. Como aponta Bagno (2015), ao rotularmos a fala de outrem como "errada", raramente estamos discutindo gramática; estamos, na verdade, emitindo um veredito sobre a origem, a classe e a humanidade do falante.

Nesta perspectiva teórica, a linguagem atua como um marcador social profundo. As práticas discursivas que desvalorizam o outro refletem e reforçam abismos socioeconômicos já existentes. Para a autora contemporânea Ana Maria Gonçalves (2018), o português falado no Brasil ainda carrega as marcas de uma sociedade colonial, onde o "falar bem" é utilizado como um filtro para manter privilégios. Assim, a exclusão linguística não é apenas um detalhe técnico, mas uma estratégia de manutenção de hierarquias que fere a subjetividade do indivíduo, fazendo-o sentir-se estrangeiro em sua própria língua.

De acordo com Orlandi (2012), o uso cotidiano da linguagem é permeado por ideologias. Quando certas variantes são marginalizadas, o que ocorre é a reprodução de um discurso de poder que foi construído historicamente para silenciar grupos específicos. Esse processo de naturalização do preconceito é o que o torna tão perigoso: ele se disfarça de "zelo pela língua" para exercer o que Bourdieu (2008) denomina violência simbólica. O impacto é devastador para a construção da identidade social, pois o indivíduo passa a internalizar sua própria voz como inferior, gerando um trauma que limita sua atuação nos espaços públicos e profissionais.

Ademais, é fundamental destacar que o preconceito linguístico é, muitas vezes, a face visível de preconceitos ainda mais profundos. Não se pode dissociar a discriminação linguística da xenofobia e do racismo estrutural. Como discute Gabriel Nascimento (2020), a rejeição a sotaques regionais ou a falares periféricos é uma tentativa de deslegitimar a existência desses sujeitos. Quando uma regra gramatical é usada para silenciar um nordestino ou um habitante de uma comunidade, a língua deixa de servir à união para servir à segregação.

Portanto, as regras linguísticas, apresentadas como universais, funcionam frequentemente como dispositivos de interdição. Ao ignorar a heterogeneidade da língua, as práticas discursivas dominantes não apenas "corrigem" formas de falar, mas invalidam histórias de vida. O

reconhecimento da diversidade linguística é, acima de tudo, um exercício de empatia e um passo essencial para a desconstrução das desigualdades que ainda fragmentam a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho evidenciou como o preconceito linguístico exerce impactos negativos significativos na vida dos indivíduos, afetando não apenas aqueles que sofrem diretamente com esse tipo de discriminação, mas também a sociedade como um todo. Ao longo da pesquisa, tornou-se possível compreender que a desvalorização de determinadas formas de falar não se limita a uma questão linguística, mas está profundamente relacionada a desigualdades sociais historicamente construídas.

A escolha deste tema possibilitou não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também uma transformação pessoal. Ao longo da elaboração deste trabalho, foi possível desconstruir concepções previamente naturalizadas, compreendendo que aquilo que, em determinados contextos, pode ser considerado “erro”, em outros, constitui apenas uma forma legítima de comunicação.

Nesse sentido, o estudo buscou destacar os diversos tipos de preconceitos enfrentados por indivíduos que não utilizam a norma padrão, frequentemente associada ao ensino formal e, muitas vezes, compreendida como de difícil acesso. Observou-se que, ao não seguir esse modelo considerado “ideal”, muitos falantes são alvo de julgamentos que os associam, de maneira equivocada, a determinados estereótipos sociais, como a ideia de inferioridade.

Diante disso, conclui-se que, embora o conhecimento da norma padrão seja importante, especialmente em contextos formais, ele não deve ser utilizado como instrumento de exclusão ou de hierarquização entre os falantes. É fundamental que haja respeito às regras gramaticais, mas, sobretudo, à diversidade linguística que caracteriza a sociedade.

Por fim, ressalta-se a importância de reconhecer ainda que existam normas e padrões, estes não devem servir para limitar ou inferiorizar as formas de expressão, mas sim para ampliar as possibilidades de comunicação. Assim, torna-se essencial promover uma consciência crítica que contribua para a valorização das diferenças e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- BARBOSA, Luiza Augusta Rosa Rossi; COELHO, Maria do Socorro Vieira; BARBOSA, Mirna Rossi; CALDEIRA, Antônio Prates. Variação sociocultural em triagem de fala. *Humanidades*, v. 3, n. 1, p. 92–102, fev. 2014.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. In: *A economia das trocas simbólicas*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS LINGÜÍSTICOS. Barcelona, 1996. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf. Acesso em: 28 jun. 2026.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- FINELLI, Leonardo Augusto Couto; SOARES, Wellington Danilo; ANTUNES, Ciro Carlos. *O que é uma revisão da literatura? A estrutura metodológica de revisões*. Guarujá: Editora Científica, 2022.
- GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. Salvador: Contexto, 2015.

NASCIMENTO, Gabriel. *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e política*. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

SILVA, A. L.; SILVA, A. L. Preconceito linguístico e xenofobia em relação ao uso não padrão da língua portuguesa nas mídias sociais. *Revista Gatilho*, Juiz de Fora, v. 27, p. 29–45, 2024.

SILVA, Antônio Themístocles Barbosa da; ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; ALMEIDA, Severina Alves de. Variações linguísticas: poder, território, territorialidade e identidade. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 14, p. 178–189, 2019.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Contexto, 2021.

XAVIER, J. S. O preconceito cultural linguístico enraizado entre regiões do Brasil. *Revista Scientia*, Salvador, v. 5, n. 3, p. 44–58, set./dez. 2020.